

**Organizador**  
Vitor Matheus Krewer

# **Manual Preparatório para o Concurso da Assembleia Legislativa da Bahia**

**Técnico Legislativo – Agente de Polícia Legislativa**

*Teoria | Legislação | Exercícios*

## **Autores**

Antonio Pequeno | Bruno Batista | Cristiano Lopes | Jhoni Zini

Kátia Quadros | Marcos Carrasco | Priscila de Sá Monteiro

Robson Fachini | Vitor Krewer

  
ED. TORA  
**FOCUS**  
1ª Edição  
2018

**Diretoria Executiva**  
*Evaldo Roberto da Silva*

**Capa**  
*Diego Garcia*

**Diretoria de Operações e Infraestrutura**  
*Luís Carlos de Brito*

**Diagramação**  
*Jéssica Câmara de Oliveira*  
*Vitor Matheus Krewer*

**Editor Responsável**  
*Vitor Matheus Krewer*

**Projeto Gráfico e Editoração**  
*Jéssica Câmara de Oliveira*

## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

M294

Manual Preparatório para o Concurso da Assembleia Legislativa da Bahia: Técnico Legislativo Agente de Polícia Legislativa: / Org. Vitor Matheus Krewer, Antonio Pequeno, Cristiano Lopes, Jhoni Zini, Kátia Quadros, Marcos Carrasco, Priscila de Sá Monteiro, Robson Fachini. – Cascavel: Editora Focus, 2018.

820 P.

ISBN 978-85-93847-51-6

1. Generalidades – Português - Brasil. I. Krewer, Vitor Matheus. II. Título.

CDD 23 ed.: 036.681

A Editora Focus se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra. É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor. O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

**Atualizações e erratas:** esta obra é vendida como se apresenta na data de publicação. Atualizações são definidas a critério exclusivo da Editora Focus, sob análise da direção pedagógica e de revisão técnica, sendo as erratas disponibilizadas na área do cliente do site [www.editorafocus.com.br](http://www.editorafocus.com.br), na aba "Atualização e Erratas". É missão da editora oferecer ao leitor uma obra sem a incidência de erros técnicos ou disparidades de conteúdo. Caso ocorra alguma incorreção, solicitamos que o leitor, atenciosamente, colabore enviando críticas e sugestões, por meio do setor de atendimento da Editora Focus através do e-mail [editora@editorafocus.com.br](mailto:editora@editorafocus.com.br)



© 2018, by Editora Focus  
*Impresso no Brasil | Printed in Brazil*  
Rua Maranhão, 924 - Ed. Coliseo - Centro  
Cascavel - PR, 85801-050  
Tel: (45) 3040-1010  
[www.editorafocus.com.br](http://www.editorafocus.com.br)

# Índice Geral

Língua Portuguesa.....	07
Legislação Institucional.....	173
Noções de Informática.....	291
Raciocínio Lógico.....	363
Noções de Direito Constitucional.....	423
Noções de Direito e Processo Penal.....	479
Noções de Direito Administrativo.....	711

## Sobre os Autores

### **Antonio Natalino Pequeno | Direito Penal**

Professor de Direito Penal e Legislação Especial Servidor público federal desde 2009. Fiscal de controle urbano da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro de 2007 a 2009. Aprovado no concurso para o cargo de Oficial de Cartório da Polícia Civil do Rio de Janeiro em 2009. Aprovado para o cargo de técnico administrativo da Anvisa.

### **Bruno Batista | Noções de Direito e Processo Penal**

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Pós-graduado em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Atualmente exerce o cargo de assessor de segunda instância no Ministério Público de Mato Grosso do Sul (área criminal). Aprovado para o cargo de Promotor de Justiça do Estado do Amazonas e analista judiciário do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

### **Cristiano Lopes | Direito Constitucional**

Advogado. Professor de Direito Constitucional e Direitos Humanos com experiência em preparatórios para concursos públicos e Exame de Ordem. Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Pernambuco (UFPE). Mestre em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Especialista em Direito Penal e Processual pela Escola Superior de Advocacia do Estado de Pernambuco (ESA/PE) e Faculdade Joaquim Nabuco. Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Associado ao Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI). Ex-Diretor de Ciência e Tecnologia da Federação Nacional de Pós-graduandos em Direito (FEPODI). Ex-Diretor de Relações Públicas da Associação Pernambucana de Pós-graduandos em Direito (APPODI).

### **Jhoni Zini | Raciocínio Lógico**

Formado em Matemática pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Professor de Matemática, Matemática Financeira e Raciocínio Lógico, atuando em cursos preparatórios para concursos e pré-vestibulares.

### **Katia Quadros | Noções de Informática**

Graduada em Processamento de Dados. Especialista em TI – Desenvolvimento Web – PUC-PR. Analista de sistemas. Ex-examinadora para concursos públicos. Professora de Informática desde 1998 em cursos técnicos. Professora de Informática e Arquivologia desde 2008 para Concursos Públicos presenciais e à distância. Comentarista de questões e autora de materiais de concursos públicos. Orientadora de estudos para concurso.

### **Marcos V. D. Carrasco | Direito Penal | Direito Processual Penal**

Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Especialista em Direito Aplicado pela Escola de Magistratura do Paraná. Membro Fundador da APAC de Cascavel – PR. Presidente do Conselho Fiscal da APAC de Cascavel – PR. Professor de Direito Penal, Processo Penal e Prática Processual Penal do Centro Universitário UNIVEL – PR. Professor de Direito Administrativo no curso preparatório para OAB do Delta Jus. Envolvido na área de concursos públicos como professor e escritor. Advogado especialista na área de Direito Penal Econômico.

### **Priscila de Sá Monteiro | Língua Portuguesa**

Professora de Língua Portuguesa em cursos preparatórios para concursos. Professora de Português na rede estadual de Santa Catarina. Formada em Letras - Habilitação em Português e Inglês, pela

Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc. Especialização em Educação para Jovens e Adultos. Fui instrutora de Cursos Profissionalizantes na Empresa Sest Senat, em Criciúma. Atualmente, atuo também em atividades como: aulas particulares de Português; ministração de aulas de Português em grupos de estudos focais; revisões de textos acadêmicos e empresariais.

### **Robson Fachini | Noções de Direito Administrativo**

Experiência em concursos públicos desde 1999, tendo sido aprovado nos cargos de agente administrativo da prefeitura de Rancharia – SP, recenciador do IBGE, agente de escolta e vigilância penitenciária – SP, agente de segurança penitenciária – SP, agente penitenciário – PR, agente penitenciário federal – MJ, analista do tribunal de contas do DF e atualmente aprovado para o cargo de auditor de controle externo do tribunal de contas dos municípios do estado de Goiás. Formado em tecnologia em gestão pública pelo instituto tecnológico da Universidade Federal do Paraná e pós-graduando em MBA em gestão pública. Graduando em Direito pela UNIVEL. Professor de direito administrativo em cursos preparatórios para concursos desde 2010.

### **Vitor Krewer | Direito Constitucional | Informática | Legislação Institucional**

Graduado em Processos Gerenciais e Tecnologia da Informação pela UniCesumar – Centro Universitário de Maringá. Possui conhecimento multidisciplinar na área jurídica, tendo sido acadêmico de Direito na UNIGRAN – Universidade da Grande Dourados e Filosofia na UNIOESTE – Universidade do Oeste do Paraná. MBA em Business Intelligence e MBA em Negócios Digitais pela Universidade Positivo. É professor de cursos online na área de Informática e Legislação Institucional. Envolvido na área de concursos públicos como escritor, organizador e editor no Focus Concursos desde 2012 foi responsável pela elaboração e organização de mais de 200 publicações, entre apostilas, livros e manuais.

# LÍNGUA PORTUGUESA

## Sumário

<b>Sumário</b> .....	<b>9</b>
<b>Capítulo 1 - Ortografia</b> .....	<b>13</b>
Dificuldades Ortográficas .....	14
Emprego do “s” .....	14
Emprego do “z” .....	15
Emprego do “h” .....	15
Emprego do “x” e “ch” .....	15
Emprego do “ss” .....	16
Emprego do “ç” .....	16
Emprego do “g” .....	16
Emprego do “j” .....	16
Emprego do “i” .....	16
Emprego do “e” .....	17
Emprego do “sc” .....	18
<b>Capítulo 2 - Emprego do hífen</b> .....	<b>21</b>
Hífen com Prefixos e Pseudoprefixos .....	21
Hífen com Sufixos .....	22
Hífen em Locuções .....	23
<b>Capítulo 3 - Acentuação Gráfica</b> .....	<b>25</b>
<b>Capítulo 4 - Novo Acordo Ortográfico</b> .....	<b>27</b>
Alfabeto.....	27
Trema.....	27
Acentos Diferenciais .....	28
Hífen .....	28
<b>Capítulo 5 - Pronomes</b> .....	<b>35</b>
Pronomes Pessoais .....	35
Caso Reto .....	36
Caso Oblíquo.....	36
Pronomes de Tratamento .....	38
Emprego dos Pronomes de Tratamento .....	38
Pronomes Demonstrativos.....	39
Pronomes Relativos.....	39
Pronomes Interrogativos.....	40
Pronomes Indefinidos.....	41
Pronomes Possessivos .....	41
Colocação Pronominal .....	42
<b>Capítulo 6 - Conjunção</b> .....	<b>49</b>
Conjunções Coordenativas e Subordinativas .....	49
Conjunções Coordenativas .....	50
Conjunções Subordinativas .....	51
<b>Capítulo 7 - Flexão Nominal e Verbal</b> .....	<b>55</b>
Flexão Nominal.....	55
Substantivo .....	56
Flexão de Gênero .....	56
Flexão de Número .....	57
Flexão de Grau .....	59
Flexão Verbal.....	60

Verbos .....	61
Flexão de Gênero.....	62
Flexão de Número.....	62
Flexão de Modo .....	62
Flexão de Tempo.....	63
Flexão de Voz .....	64
<b>Capítulo 8 - Vozes do Verbo .....</b>	<b>73</b>
Flexão de Voz.....	73
Voz ativa.....	73
Voz Passiva .....	74
Voz Reflexiva.....	75
<b>Capítulo 9 - Concordância Nominal e Verbal .....</b>	<b>81</b>
Concordância Nominal .....	81
Concordância do Adjetivo.....	81
Um Substantivo Determinado por dois ou mais Adjetivos .....	82
Substantivo usado como Adjetivo .....	82
Adjetivos Compostos .....	82
Casos Especiais de Concordância Nominal.....	83
Concordância Verbal .....	85
Sujeito Simples .....	85
Concordância do Sujeito Composto.....	87
Concordância do Sujeito Indeterminado .....	89
Concordância da Oração sem Sujeito .....	90
Casos Especiais de Concordância Verbal.....	91
Concordância do Verbo Ser.....	93
<b>Capítulo 10 - Regência.....</b>	<b>101</b>
Regência Nominal.....	101
Regência Verbal.....	105
Casos Particulares da Regência .....	111
Um Complemento para dois ou mais Verbos .....	111
Regência com Pronome Interrogativo .....	111
Regência com Pronome Relativo .....	112
Regência com Pronome Pessoal do Caso Oblíquo Átono .....	114
Pronome Oblíquo como Complemento Nominal.....	116
Verbos que pedem dois Complementos .....	116
Sujeito e Regência.....	116
<b>Capítulo 11 - Crase .....</b>	<b>123</b>
Crase com Pronome Demonstrativo.....	124
Crase com Artigo .....	124
Diante de Pronomes .....	126
Outros Casos.....	126
<b>Capítulo 12 - Construção Frasal.....</b>	<b>131</b>
Sintaxe da Oração e do Período.....	131
Termos da Oração.....	132
Período Composto .....	132
<b>Capítulo 13 - Pontuação .....</b>	<b>137</b>



Vírgula.....	137
Ponto e Vírgula .....	139
Dois-Pontos .....	140
Ponto-Final .....	141
Ponto de Interrogação.....	141
Ponto de Exclamação .....	142
Reticências .....	142
Parênteses .....	142
Travessão.....	143
Aspas .....	143
<b>Capítulo 14 - Significação das Palavras .....</b>	<b>149</b>
Sinônimo .....	149
Antônimo.....	149
Homônimos.....	150
Homográficos.....	150
Homofônicos.....	150
Parônimos.....	150
Alguns Homônimos e Parônimos Notáveis: .....	150
Polissemia.....	153
Denotação e Conotação .....	153
<b>Capítulo 15 - Tipologia Textual.....</b>	<b>159</b>
Descrição.....	159
Narração.....	160
Foco Narrativo .....	160
Tipos de Discurso .....	160
Dissertação.....	161
<b>Capítulo 16 - Compreensão e Interpretação de Textos .....</b>	<b>163</b>
Interpretação de Textos .....	163
<b>Questões Gabaritadas.....</b>	<b>165</b>
1. FGV - TNS   ALBA   Redação e Revisão Legislativa   Letras   2014 .....	165
2. FGV - TNS   ALBA   Redação e Revisão Legislativa   Letras   2014 .....	165
3. FGV - TNS   ALBA   Redação e Revisão Legislativa   Letras   2014 .....	165
4. FGV - Ana Tec   MPE BA   Engenharia Florestal   2017 .....	165
5. FGV - AJ   TJ BA   Administrativa   2015 .....	166
6. FGV - TNS   ALBA   Redação e Revisão Legislativa   Letras   2014 .....	166
7. FGV - TNS   ALBA   Administração   2014.....	166
8. FGV - TJ   TJ BA   Administrativa   2015.....	167
9. FGV - TNS   ALBA   Redação e Revisão Legislativa   Letras   2014 .....	167
10. FGV - AJ   TJ BA   Administrativa   2015.....	167
11. FGV - TNS   ALBA   Redação e Revisão Legislativa   Letras   2014.....	168
12. FGV - AJ   TJ BA   Apoio Especializado   Administração   2015.....	168
13. FGV - Ana Por   CODEBA   Administrador   2016.....	168
14. FGV - Tec B   BANESTES   2018.....	169
15. FGV - AnaLM   CM Salvador   Tramitação   2018 .....	169
16. FGV - Esp Leg NS   ALERJ   Registro de Debates   2017 .....	170
17. FGV - Esp Leg NS   ALERJ   Registro de Debates   2017 .....	170
18. FGV - Esp Leg NS   ALERJ   Qualquer Nível Superior   2017 .....	170
19. FGV - Tec B   BANESTES   2018.....	170
20. FGV - AJ   TJ AL   Oficial de Justiça Avaliador   2018.....	170

# CAPÍTULO I

## Capítulo 1 - Ortografia

Abordaremos o assunto **Ortografia** (do grego “orthós” = direito + “gráphein” = escrever). Sendo assim, ortografia é a maneira correta de escrever as palavras.

Para falarmos sobre as **dificuldades ortográficas**, precisamos passar primeiramente por um caminho que nos levará a reconhecer a ortografia como algo convencional e não lógico. Por essa razão, para resolver alguns problemas de escrita, não devemos nos remeter apenas em regras, embora sejam grandes aliadas, mas, acima de tudo, ter a leitura como hábito.

Quando estudamos ortografia, logo recorreremos às regras, pois são elas, em geral, que nos dão suporte para entendermos melhor o mundo das palavras, porém, as regras não podem suprir todas as dificuldades de escrita, e por isso, devemos contar com outros recursos como o dicionário e a leitura, dentre outros.

Serão tratadas algumas “regras”, porém, nem todas as palavras possuem uma regra para justificar sua grafia, e quando não há regras, o único jeito é recorrer à técnica do conhecimento da palavra por memorização, que se adquire somente com a leitura.

O intuito dessa breve introdução é deixar claro que o estudo de ortografia não se limita a regras, mas que seu estudo está atrelado também à **etimologia** ou **história** das palavras.

A ortografia é um assunto que compreende os seguintes conteúdos:



A grafia de uma palavra pode ser estudada com relação a dois aspectos: **Sistema fonético** (pela sua pronúncia) ou **sistema etimológico** (pela sua origem ou história).

Quanto ao **sistema fonético**, consiste no estudo da representação das palavras por meio do seu fiel som, isto é, na pronúncia, exclui qualquer som da letra que não haja valor sonoro ou prosódico e inclui outros, se for necessário, para que haja representação exata na pronúncia.

**Exemplo:**

OJE	OMEM	ESCRITO	TAKSI
-----	------	---------	-------

# LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

## Sumário

<b>Sumário</b> .....	<b>175</b>
<b>Capítulo 1 - Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia</b> .....	<b>181</b>
Título I - Da Assembleia.....	181
Capítulo I - Disposições Preliminares.....	181
Capítulo II - Das Sessões Preparatórias.....	181
Capítulo III - Da Eleição da Mesa.....	182
Título II - Dos Deputados.....	182
Capítulo I - Do Nome Parlamentar.....	182
Capítulo II - Da Perda e da Suspensão do Exercício do Mandato.....	183
Capítulo III - Das Licenças.....	184
Capítulo IV - Da Vacância.....	185
Capítulo V - Da Licença para Instauração de Processo Criminal Contra Deputado.....	185
Título III - Da Representação Partidária.....	185
Capítulo I - Da Proporcionalidade dos Partidos no Âmbito das Comissões.....	185
Capítulo II - Dos Líderes.....	186
Capítulo III - Dos Blocos Parlamentares.....	186
Da Maioria e da Minoria Parlamentar.....	187
Título IV - Dos Órgãos Diretivos da Assembleia.....	187
Capítulo I - Da Mesa.....	187
Capítulo II - Da Presidência.....	188
Capítulo III - Da Secretaria.....	189
Título V - Das Comissões.....	189
Capítulo I - Disposições Preliminares.....	189
Capítulo II - Das Comissões Permanentes.....	190
Capítulo III - Das Comissões Temporárias.....	192
Seção I - Das Comissões Especiais.....	192
Seção II - Das Comissões de Inquérito.....	193
Seção III - Das Comissões de Representação.....	193
Capítulo IV - Da Organização das Comissões.....	193
Seção I - Da Composição.....	193
Seção II - Da Direção.....	194
Capítulo V - Dos Trabalhos das Comissões.....	194
Seção I - Das Reuniões.....	194
Seção II - Dos Pareceres.....	195
Título VI - Das Sessões.....	196
Capítulo I - Disposições Gerais.....	196
Capítulo II - Da Suspensão e do Levantamento das Sessões.....	197
Capítulo III - Da Ordem dos Trabalhos.....	197
Capítulo IV - Das Sessões Públicas.....	198
Seção I - Do Pequeno Expediente.....	198
Seção II - Do Grande Expediente.....	198
Seção III - Da Ordem do Dia.....	199
Seção IV - Da Pauta.....	199
Título VII - Das Proposições.....	199

Capítulo I - Disposições Gerais.....	199
Capítulo II - Dos Projetos.....	200
Capítulo III - Dos Requerimentos .....	201
Seção I - Dos Requerimentos Sujeitos a Despacho do Presidente .....	201
Seção II - Normas Especiais para Requerimento e Providências à Administração Pública.....	202
Capítulo IV - Das Indicações.....	202
Capítulo V - Das Moções .....	202
Capítulo VI - Das Emendas .....	203
Título VIII - Das Deliberações .....	203
Capítulo I - Da Discussão .....	203
Seção I - Disposições Preliminares .....	203
Seção II - Dos Apartes.....	203
Seção III - Dos Prazos.....	204
Seção IV - Do Adiamento da Discussão.....	204
Seção V - Do Encerramento da Discussão.....	204
Capítulo II - Das Votações .....	204
Seção I - Disposições Preliminares .....	204
Seção II - Do Quorum Especial.....	204
Seção III - Do Processo de Votação.....	205
Seção IV - Do Encaminhamento da Votação.....	206
Capítulo III - Da Redação Final .....	206
Título IX - Incidentes Especiais de Tramitação .....	206
Capítulo I - Da Urgência .....	206
Capítulo II - Da Prioridade.....	207
Capítulo III - Da Preferência .....	207
Capítulo IV - Do Destaque .....	208
Capítulo V - Da Prejudicialidade .....	208
Título X - Do Processo Legislativo Especial.....	208
Capítulo I - Do Veto.....	208
Capítulo II - Das Emendas Constitucionais.....	208
Capítulo III - Do Orçamento .....	209
Capítulo IV - Dos Projetos de Códigos.....	209
Capítulo V - Dos Projetos Relativos a Criação de Municípios .....	209
Título XI - Das Atividades de Julgamento e Fiscalização da Assembleia.....	210
Capítulo I - Da Tomada de Contas.....	210
Capítulo II - Das Representações do Tribunal de Contas.....	210
Capítulo III - Da Convocação e do Comparecimento de Secretários de Estado.....	211
Capítulo IV - Das Indicações Sujeitas à Aprovação da Assembleia .....	211
Capítulo V - Das Indicações dos Conselheiros dos Tribunais de Contas pela Assembleia* .....	211
Título XII - Disposições Especiais.....	212
Capítulo I - Das Questões de Ordem.....	212
Capítulo II - Da Reforma do Regimento .....	212
Título XIII - Disposições Gerais e Transitórias.....	212
<b>Capítulo 2 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis da Bahia.....</b>	<b>214</b>
Título I - Das Disposições Preliminares.....	214
Título II - Do Provimento e da Vacância .....	214

---

Capítulo I - Do Provimento .....	214
Seção I - Disposições Gerais .....	215
Seção II - Da Nomeação .....	215
Seção III - Do Concurso Público .....	215
Seção IV - Da Posse.....	215
Seção V - Do Exercício.....	216
Seção VI - Do Estágio Probatório .....	217
Seção VII - Da Estabilidade .....	218
Seção VIII - Da Promoção.....	218
Seção IX - Da Reversão.....	218
Seção X - Do Aproveitamento e da Disponibilidade .....	218
Seção XI - Da Reintegração.....	219
Seção XII - Da Recondução.....	219
Seção XIII - Da Readaptação .....	219
Capítulo II - Da Vacância .....	219
Capítulo III - Da Relotação e da Remoção.....	219
Título III - Dos Direitos, Vantagens e Benefícios.....	220
Capítulo I - Do Vencimento e da Remuneração.....	220
Capítulo II - Das Vantagens.....	221
Seção I - Das Indenizações.....	221
Subseção I - Da Ajuda de Custo.....	221
Subseção II - Das Diárias.....	222
Subseção III - Da Indenização de transporte .....	222
Seção II - Dos Auxílios Pecuniários .....	222
Subseção I - Do Auxílio .....	222
Subseção II - Do Auxílio.....	222
Subseção III - Do Auxílio .....	223
Seção III - Das Gratificações.....	223
Subseção I - Da Gratificação pelo Exercício de Cargo de Provimento Temporário.....	223
Subseção II - Da Gratificação Natalina.....	223
Subseção III - Do Adicional por Tempo de Serviço .....	223
Subseção IV - Dos Adicionais de Insalubridade, Periculosidade ou Atividades Penosas .....	224
Subseção V - Do Adicional por Serviço Extraordinário .....	224
Subseção VI - De Adicional Noturno .....	224
Seção IV - Da Estabilidade Econômica.....	224
Capítulo III - Das Férias .....	225
Capítulo IV - Das Licenças.....	225
Seção I - Disposições Gerais.....	225
Seção II - Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família .....	226
Seção III - Da Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge .....	226
Seção IV - Da Licença para prestar o Serviço Militar Obrigatório.....	226
Seção V - Da Licença para Concorrer a Mandato Eletivo e Exercê.....	226
Seção VI - Da Licença Prêmio por Assiduidade .....	227
Seção VII - Da Licença para Tratar de Interesse Particular.....	227
Seção VIII - Da Licença para o Servidor.....	227
Capítulo V - Das Concessões.....	227
Capítulo VI - Do Tempo de Serviço .....	228

Capítulo VII - Dos Benefícios .....	229
Seção I - Da Aposentadoria.....	229
Subseção I - Da Aposentadoria por Invalidez Permanente .....	229
Subseção II - Da Aposentadoria Compulsória.....	230
Subseção III - Da Aposentadoria Voluntária.....	230
Subseção IV - Da Aposentadoria em Cargo de Provedimento Temporário.....	230
Subseção V - Das Disposições Gerais sobre Aposentadoria .....	231
Seção II - Do auxílio .....	232
Seção III - Do salário .....	232
Seção IV - Da Licença para Tratamento de Saúde .....	232
Seção V - Da Licença à Gestante, à Adotante e da Licença.....	233
Seção VI - Da Licença por Acidente em Serviço.....	234
Capítulo VIII - Do Direito de Petição.....	234
Título IV - Do Regime Disciplinar.....	235
Capítulo I - Dos Deveres.....	235
Capítulo II - Das Proibições.....	235
Capítulo III - Da Acumulação.....	236
Capítulo IV - Das Responsabilidades .....	237
Capítulo V - Das Penalidades .....	238
Título V - Do Processo Administrativo Disciplinar.....	239
Capítulo I - Disposições Gerais.....	239
Capítulo II - Do Afastamento Preventivo .....	240
Capítulo III - Do Processo Disciplinar .....	240
Seção I - Dos Atos e Termos Processuais.....	241
Seção II - Da Instrução .....	241
Seção III - Do Julgamento.....	243
Seção IV - Da Revisão do Processo.....	243
Título VI - Da Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público .....	244
Título VII - Das Disposições Gerais .....	244
Título VIII - Das Disposições Finais e Transitórias.....	245
<b>Capítulo 3 - Estrutura organizacional da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.....</b>	<b>247</b>
Título I - Da Organização dos Serviços Técnicos.....	247
Título II - Das Disposições Gerais e Transitórias .....	250
Anexo Único - Organograma da - Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.....	251
<b>Capítulo 4 - Plano de Carreira, Cargos, Vencimentos Básicos e o Quadro de Pessoal .....</b>	<b>252</b>
Título I - Das Disposições Preliminares.....	252
Título II - Do Quadro de Pessoal .....	253
Título III - Dos Cargos de Provedimento Permanente.....	253
Título IV - Das Funções Comissionadas e Gratificadas.....	253
Título V - Do Ingresso .....	254
Título VI - Da Promoção .....	254
Título VII - Do Enquadramento.....	255
Título VIII - Do Vencimento e da Remuneração.....	255
Título IX - Das Revisões do Plano .....	258
Título X - Das Disposições Gerais e Transitórias .....	258
<b>Capítulo 5 - Lei 13.801/2017 .....</b>	<b>261</b>
Capítulo I - Das Disposições Preliminares.....	261

---

Capítulo II - Do Quadro de Pessoal e Sistema de Remuneração.....	261
Seção I - Dos Cargos de Provimento Permanente.....	261
Seção II - Dos Cargos de Provimento Temporário.....	262
Capítulo III - Do Ingresso nos Cargos de Provimento Permanente.....	262
Capítulo IV - Da Progressão Funcional.....	263
Seção I - Da Promoção por Antiguidade.....	263
Seção II - Da Promoção por Merecimento.....	263
Capítulo V - Do Enquadramento dos Servidores.....	263
Capítulo VI - Do Vencimento e da Remuneração.....	264
Capítulo VII - Das Disposições Gerais.....	265
Capítulo VIII - Das Disposições Transitórias.....	266
<b>Capítulo 6 - Lei 13.962/2018.....</b>	<b>268</b>
Capítulo I - Das Disposições Preliminares.....	268
Capítulo II - Da Estrutura Organizacional e Administrativa.....	268
Seção I - Do Departamento de Polícia Legislativa.....	269
Seção II - Da Coordenação de Segurança e Operações Especiais.....	269
Seção III - Da Coordenação de Controle, Apoio Logístico e Recepção.....	270
Seção IV - Da Coordenação de Polícia Judiciária.....	270
Seção V - Da Coordenação de Inteligência.....	271
Seção VI - Do Quadro de Servidores da Polícia Legislativa.....	271
Seção VII - Das Atribuições do Agente de Polícia Legislativa.....	272
Seção VIII - Das Prerrogativas do Departamento de Polícia Legislativa.....	272
Capítulo III - Das Disposições Transitórias e Finais.....	273
Estrutura Organizacional e Administrativa da Polícia Legislativa.....	274
<b>Capítulo 7 - Ato da Mesa Diretora.....</b>	<b>276</b>
Ato da Mesa Diretora N° 007/2010 de 24/03/2010.....	276
Anexo Único - Atribuições dos Órgãos Técnico-Administrativos da Assembleia Legislativa.....	276
Ato da Mesa Diretora N° 133/2018.....	290



# NOÇÕES DE INFORMÁTICA

## Sumário

<b>Sumário</b> .....	<b>293</b>
<b>Capítulo 1 - Conceitos de Hardware e de Software</b> .....	<b>295</b>
Hardware.....	295
Tipos de Computadores e Dispositivos.....	295
Conceito.....	296
Organização dos Computadores.....	296
Tipos de Hardware.....	297
Placa Mãe.....	297
Barramento.....	297
Processador.....	298
Processadores Risc e Cisc.....	298
Processadores de 32 Bits e 64 Bits.....	299
Processadores ARM.....	299
Memórias.....	299
BIOS e CMOS.....	301
Chipset.....	302
Dispositivos de Armazenamento.....	302
Fonte de Energia.....	302
Conexões e Interfaces.....	303
Componentes Onboard.....	303
Componentes Offboard.....	303
Tipos de Periféricos.....	304
Dispositivos de Entrada.....	304
Dispositivos de Saída.....	304
Software.....	304
Conceito.....	304
Tipos de Software.....	305
Software de Sistema.....	305
Sistemas Operacionais.....	305
Firmware.....	305
Drivers.....	305
Software Aplicativo.....	306
Groupware.....	306
<b>Capítulo 2 - Conceitos Básicos de Utilização do Windows</b> .....	<b>307</b>
Alternado entre Janelas.....	310
Gerenciamento de Arquivos e Pastas.....	310
Arquivos, pastas e unidades.....	310
Operações Básicas.....	311
Excluir.....	313
Área de Transferência.....	313
Lixeira.....	314

Como posso deletar arquivos/pastas? .....	314
Como excluir um arquivo definitivamente: .....	315
Propriedades da Lixeira .....	316
Principais Atalhos do Sistema Operacional Windows .....	316
<b>Capítulo 3 – Utilização do Microsoft Word .....</b>	<b>319</b>
Tela Inicial .....	319
Arquivo/Opções .....	324
Guia Página Inicial .....	326
Guia Desenhar .....	343
Guia Design .....	343
Guia Layout .....	343
Grupo Organizar .....	346
Guia Referências .....	346
Guia Correspondências .....	348
Guia Revisão .....	348
Guia Exibir .....	352
Atalhos .....	355
<b>Questões Gabaritadas .....</b>	<b>357</b>

# CAPÍTULO I

## Capítulo 1 - Conceitos de Hardware e de Software

Quando estudamos informática, seja ela para concursos de nível médio ou superior, é indispensável que venhamos a conhecer certos elementos e conceitos. Sendo assim, em caráter introdutório, abordaremos os tópicos referentes aos conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias; ferramentas; aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores; conceitos de hardware e de software; instalação de periféricos. O objetivo é expor o conteúdo relativo aos elementos básicos de hardware e software recorrentes em provas e concursos.

### Hardware

Todo computador é constituído de componentes e peças que se conectam e se comunicam entre si, levando instruções e devolvendo informações para o usuário. Este elemento físico denominado de hardware, é o tema a ser estudado.

Os dispositivos de hardware podem ser considerados desde peças esparsas de componentes de um computador do tipo de desktop até notebooks e todos os dispositivos portáteis relacionados a ideia de computação móvel, como é o caso de smartphones, tablets e smartwatches (relógios inteligentes).

### Tipos de Computadores e Dispositivos

Os dispositivos relacionados a computação podem ser do tipo:

- **Desktop:** conceito desenvolvido para simbolizar a ideia de “área de trabalho”, sendo um computador do tipo desktop um microcomputador que se associa a ideia da utilização em uma mesa; é aquele computador que possui um monitor, gabinete (com todos os componentes de hardware dentro), mouse, teclado e geralmente uma conexão com a rede. É muito utilizado em escritórios e casas, sendo os primeiros formatos associados a computação portátil desenvolvida pela Apple e IBM no início dos anos 1980; denominada de computação pessoal. Como mencionado, os computadores desktop são modulares e seus componentes podem ser facilmente melhorados ou substituídos, os chamados upgrades de hardware; estando disponíveis em gabinetes dos mais variados estilos.

Com o advento dos notebooks, os desktops tiveram uma grande queda na compra e utilização, porém, com o avanço e popularização dos denominados gamers, voltaram com ao mercado devido a já mencionada versatilidade na complementação e melhoria dos componentes de hardware.



- **Notebook:** a grande distinção entre os notebooks e os desktops está no conceito de portabilidade dos, tendo os notebooks hardwares como monitor, teclado, e caixas acústicas totalmente integrados, formando uma única peça. Outro ponto é o fato de possuírem autonomia elétrica por meio de uma bateria recarregável.

Outro ponto importante é a presença de um dispositivo que substitui o mouse dos desktops chamado de touchpad; hardware constituído por uma superfície sensível ao toque onde o usuário posiciona o ponteiro na tela por meio de movimentos dos dedos. Sendo acompanhado de dois botões com as mesmas funções dos botões do mouse.

# RACIOCÍNIO LÓGICO

## Sumário

<b>Sumário.....</b>	<b>365</b>
<b>Capítulo 1 - Estruturas Lógicas .....</b>	<b>367</b>
Associação Lógica .....	367
Verdades e Mentiras .....	370
Sequências de Letras .....	374
Sequências fora da Ordem Alfabética .....	375
Sequências respeitando a Ordem Alfabética .....	375
Sequências Lógicas .....	375
Sequências de Números .....	376
Lógica de Argumentação .....	380
Analogias, inferências, deduções e conclusões .....	380
Resolução de Questões de Argumentos .....	381
Técnica de análise de argumentos .....	381
Lógica Proposicional.....	387
Proposição Simples.....	388
Pegadinhas Frequentes .....	388
Proposição Composta .....	390
Conectivos .....	390
Tabela Verdade dos Conectivos Lógicos .....	393
Tabela Verdade “E” .....	394
Tabela Verdade “OU” .....	394
Tabela Verdade “OU...OU” .....	395
Tabela Verdade “SE, E SOMENTE SE” .....	396
Simbolização de Expressões .....	397
Modelo de questões com Simbolização e Tabela Verdade.....	398
Equivalências Lógicas .....	400
Leis de Morgan.....	408
Equivalência entre Condicionais .....	409
Diagramas Lógicos .....	409
Conjunto .....	410
<b>Capítulo 2 - Análise Combinatória .....</b>	<b>413</b>
Princípio Operacional da Contagem.....	413
Princípio Aditivo .....	413
Princípio Multiplicativo .....	413
Fatorial .....	414
Arranjos Simples .....	414
Permutações Simples .....	415
Permutação com Repetição.....	415
Permutação Circular .....	415
Combinação Simples.....	415
<b>Capítulo 3 - Princípios de Contagem e Probabilidade .....</b>	<b>417</b>
Princípios de Contagem .....	417
Princípio Aditivo.....	417

Princípio Multiplicativo.....	417
Teoria das Probabilidades .....	419
Probabilidade de ocorrência de um evento.....	420
Adição de Probabilidades.....	420
Multiplicação de Probabilidades.....	421

# CAPÍTULO I

## Capítulo 1 - Estruturas Lógicas

### Associação Lógica

Trata-se de questões de organização que trazem muitas informações, normalmente sobre três personagens e duas ou três características. Não há mentiras, todas as informações são confiáveis, bastando uma boa organização.



### OBSERVAÇÃO

Quatro empresas (Maccorte, Mactex, Macval, Macmais) participam de uma concorrência para compra de certo tipo de máquina. Cada empresa apresentou um modelo diferente do das outras (Thor, Hércules, Netuno, Zeus) e os prazos de entrega variavam de 8, 10, 12 e 14 dias. Sabe-se que:

- Sobre os prazos de entrega, Macval apresentou o menor e Mactex o maior.
- O modelo Zeus foi apresentado pela Maccorte, com prazo de entrega de 2 dias a menos do que a Mactex.
- O modelo Hércules seria entregue em 10 dias.
- Macval não apresentou o modelo Netuno.

Nessas condições, o modelo apresentado pela empresa

- a) Macval foi o Hércules.
- b) Mactex foi o Thor.
- c) Macmais foi o Thor.
- d) Mactex foi o Netuno
- e) Macval foi o Netuno

Na montagem da tabela, seguiremos o seguinte procedimento:

Os personagens da questão serão as colunas de uma tabela e as características (aquilo que desejamos saber) serão as linhas:

	Maccorte	Mac tex	Macval	Macmais
Modelo				
prazo				

Com a tabela pronta, basta fazer a leitura e ir preenchendo:

- 1) Sobre os prazos de entrega, Macval apresentou o menor e Mactex o maior.

	Maccorte	Mac tex	Macval	Macmais
Modelo				
prazo		14	8	

- 2) O modelo Zeus foi apresentado pela Maccorte, com prazo de entrega de 2 dias a menos do que a Mactex.

	Maccorte	Mac tex	Macval	Macmais
Modelo	Zeus			
prazo	12	14	8	



# **DIREITO CONSTITUCIONAL**

## Sumário

Sumário.....	425
<b>Capítulo 1- Dos Direitos e Garantias Fundamentais .....</b>	<b>429</b>
Aspectos Gerais dos Direitos e Garantias Fundamentais.....	429
Características dos Direito Fundamentais.....	429
Gerações (ou dimensões) dos Direitos fundamentais.....	430
Força Normativa dos Tratados Internacionais.....	430
Destinatários dos Direitos Fundamentais.....	430
Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.....	430
Princípio da Isonomia.....	431
Princípio da Legalidade.....	431
Proibição da Tortura.....	431
Liberdade de Pensamento.....	431
Direito de Resposta e Responsabilidade por Dano moral e Material.....	432
Liberdade de Consciência, Crença e Culto.....	432
Assistência Religiosa.....	432
Escusa de Consciência.....	432
Liberdade de Expressão.....	433
Inviolabilidade da Intimidade, da Vida Privada, da Honra e da Imagem.....	433
Inviolabilidade Domiciliar.....	433
Sigilo de Correspondência e de Comunicação.....	434
Liberdade de Profissão.....	435
Direito à Informação e Sigilo Profissional.....	435
Direito de Locomoção.....	435
Direito de Reunião.....	435
Direito de Associação.....	436
Direito de Propriedade.....	436
Direitos Sucessórios.....	437
Direito de Obter Informações.....	437
Direito de Petição e de Certidão.....	437
Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição.....	438
Direito Adquirido, Ato Jurídico Perfeito e Coisa Julgada.....	438
Princípio do Juiz Natural e Vedação do Tribunal de Exceção.....	438
Tribunal do Júri.....	438
Legalidade e Anterioridade da Lei Penal Incriminadora.....	439
Irretroatividade da lei Penal.....	439
Delitos Imprescritíveis e Inafiançáveis.....	439
Princípio da Personalidade ou Intranscendencia da Pena.....	440
Princípio da individualização da pena.....	440
Vedação das Penas de Morte, Perpétua, Trabalhos Forçados, Banimento e Cruéis.....	440
Das Penas e seu Tratamento Constitucional.....	441
Da Extradicação.....	441
Princípio do Juiz Natural.....	441
Princípio do Devido Processo Legal.....	441
Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa.....	442
Princípio da Vedação das Provas Ilícitas.....	442
Princípio do Estado de Inocência ou da não Culpabilidade.....	443
Ação Penal Privada Subsidiária da Pública.....	443
Princípio da Publicidade dos Atos Processuais.....	443
Disciplina Constitucional da Prisão e dos Direitos do Preso.....	443
Da Prisão Civil por Dívida e o Pacto de São José.....	444
Gratuidade na Prestação da Assistência Jurídica.....	444
Gratuidade das Certidões e das Ações de Habeas Corpus e Habeas Data.....	444
Direitos Fundamentais e Tratados Internacionais.....	445

Dos Direitos Sociais .....	445
Direitos Constitucionais dos Trabalhadores Urbanos e Rurais.....	446
Direitos Sociais Coletivos dos Trabalhadores .....	447
Direito de Associação Profissional ou Sindical .....	447
Proibição ao Poder Público de Intervir na Organização Sindical.....	447
Princípio da Unicidade Sindical .....	447
Direito de Substituição Processual.....	448
Contribuições Confederativa e Sindical.....	448
Estabilidade Provisória do Dirigente Sindical .....	448
Direito de Greve .....	448
Direito de Participação Laboral .....	449
Direito de Representação na Empresa .....	449
Da Nacionalidade .....	449
Espécies de Nacionalidade.....	449
Espécies de Naturalização.....	450
Naturalização Ordinária .....	450
Naturalização Extraordinária.....	450
Cargos privativos de brasileiros natos.....	450
Perda da Nacionalidade.....	451
Dos Direitos Políticos e dos Partidos Políticos.....	451
Dos Direitos Políticos .....	452
Capacidade Eleitoral (direito de votar e ser votado).....	452
Democracia Participativa .....	453
Inelegibilidade .....	454
Perda ou Suspensão dos Direitos Políticos .....	456
Princípio da Anualidade.....	456
Partidos Políticos.....	457
<b>Capítulo 2 - Da Administração Pública .....</b>	<b>459</b>
Breves Considerações.....	459
Os Princípios Explícitos da Administração Pública .....	459
Princípio da Legalidade .....	459
O Princípio da Moralidade.....	459
O Princípio da Impessoalidade.....	460
O Princípio da Publicidade .....	460
O Princípio da Eficiência .....	460
Concurso Público .....	461
Direitos dos Servidores Públicos Cíveis.....	463
Regras Constitucionais Pertinentes à Remuneração dos Agentes Públicos.....	463
Fixação da remuneração e revisão geral .....	464
Necessidade de Licitação.....	464
Criação de Autarquias e demais Entidades.....	464
Responsabilidade Civil Objetiva do Estado .....	465
Causas Atenuantes e Excludentes da Responsabilidade.....	465
Proibição de Acumular Cargos Públicos.....	465
Estabilidade, Reintegração, Recondução e Aproveitamento.....	466

---

<b>Capítulo 3 - Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas</b> .....	467
Do Estado de Defesa e do Estado de Sítio.....	467
Do Estado de Defesa.....	467
Do Estado de Sítio.....	469
Disposições Gerais.....	471
Das Forças Armadas.....	471
Da Segurança Pública.....	472
<b>Capítulo 4 - Ordem Social</b> .....	475
Introdução à ordem social.....	475
Da Seguridade Social.....	475
Saúde.....	475
Previdência Social.....	475
Assistência Social.....	476
Questão de ordem.....	476
Educação.....	476
Princípios básicos do ensino.....	476
Autonomia universitária.....	476
Ensino público.....	476
Ensino pago e ensino gratuito.....	476
Cultura e direitos culturais.....	476
Desporto.....	476
Ciência e tecnologia.....	476
Comunicação social.....	476
Meio ambiente.....	477
A família.....	477
Tutela da criança, do adolescente e do jovem.....	478
Tutela de idosos.....	478
<b>Bibliografia</b> .....	478

# CAPÍTULO I

## Capítulo 1- Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Os Direitos e garantias fundamentais são institutos jurídicos que foram criados no decorrer do desenvolvimento da humanidade e se constituem de normas protetivas que formam um núcleo mínimo de prerrogativas inerentes à condição humana. Os direitos e garantias fundamentais também constituem normas de proteção do indivíduo em relação aos outros indivíduos da sociedade.

A Constituição Federal, quando se refere aos direitos fundamentais, classifica-os em cinco grupos:

- Direitos e deveres individuais e coletivos
- Direitos sociais
- Direitos de nacionalidade
- Direitos Políticos
- Partidos políticos

Esta classificação encontra-se distribuída entre os arts. 5º e 17, do texto constitucional, e é normalmente chamada pela doutrina de Conceito Formal dos Direitos Fundamentais. O Conceito Formal é o que a Constituição Federal resolveu classificar como sendo Direito Fundamental.

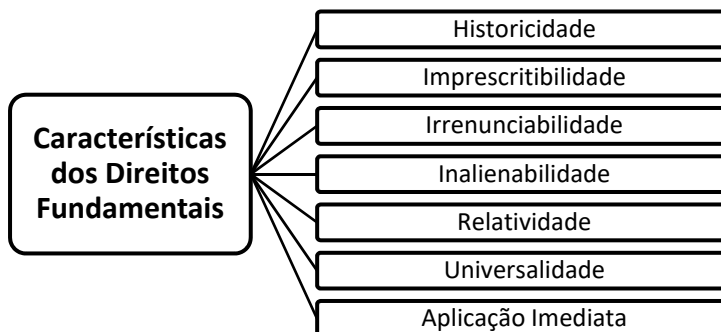
De acordo como o art.5º, § 2º, da CRFB/88, “os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”. Isto significa que o rol não é taxativo, mas exemplificativo. A doutrina costuma chamar este parágrafo de **Cláusula de Abertura Material** que é exatamente a possibilidade de existirem outros direitos fundamentais ainda que fora do texto constitucional. Este seria o **Conceito Material** dos direitos fundamentais, ou seja, todos os direitos fundamentais que possuem a essência fundamental, ainda que não estejam expressos no texto constitucional.

## Aspectos Gerais dos Direitos e Garantias Fundamentais

### Características dos Direito Fundamentais

Os direitos fundamentais constituem um dos direitos principais de um Estado democrático, pois **visa garantir a convivência digna, livre e igual a todas as pessoas**. É por essa natureza, que tais direitos foram reconhecidos algumas características como:

- **Historicidade:** significa que a formação dos direitos fundamentais se dá no decorrer da história.
- **Inalienabilidade:** não se pode transferir os direitos fundamentais a outrem.
- **Irrenunciabilidade:** não se pode recusar, abrir mão de tal direito.
- **Imprescritibilidade:** não prescrevem, mesmo que não os exerçam.
- **Relatividade ou limitabilidade:** mesmo sendo direitos fundamentais, não são absolutos, pois não existem direitos absolutos.
- **Universabilidade:** os direitos fundamentais são reconhecidos a todas as pessoas.
- **Aplicação imediata:** As normas definidoras de Direitos e garantias fundamentais tem aplicação imediata.



**NOÇÕES DE  
DIREITO PENAL E  
PROCESSO PENAL**

## Sumário

<b>Sumário</b> .....	<b>481</b>
<b>Capítulo 1 - Infração penal</b> .....	<b>491</b>
Sujeitos do Crime .....	491
Sujeito Ativo.....	491
Sujeito Passivo .....	493
Objeto do Crime.....	493
Etapas da Realização do Ilícito Penal .....	494
Iter criminis .....	494
Consumação.....	495
Tentativa.....	495
Conceito e natureza jurídica .....	496
Espécies de Tentativa .....	496
Ilícitos Penais que não Admitem Tentativa .....	497
Consequências na Aplicação da Pena.....	497
Crime Impossível.....	498
Desistência voluntária.....	498
Arrependimento Eficaz.....	498
Arrependimento Posterior .....	499
<b>Capítulo 2 - O Fato Típico e seus Elementos</b> .....	<b>501</b>
Conceito .....	501
Fato Típico .....	502
Conduta .....	502
Resultado .....	503
Nexo de Causalidade .....	504
Tipicidade.....	505
Fato Antijurídico.....	506
Causas Excludentes de Ilicitude .....	506
Estado de Necessidade.....	506
Legítima Defesa.....	507
Espécies de Legítima Defesa .....	508
Estrito Cumprimento do Dever Legal.....	509
Exercício regular de direito.....	509
Excesso nas Excludentes de Ilicitude.....	510
Excesso Punível.....	510
Excesso nas Justificantes.....	510
Culpabilidade.....	510
Concurso de Crimes .....	510
Concurso Material .....	511
Concurso Formal.....	511
Crime Continuado .....	512
Concurso de Infrações e Pena de Multa.....	513
Concurso de Crimes e Prescrição.....	513
<b>Capítulo 3 - Imputabilidade Penal</b> .....	<b>515</b>
Culpabilidade (elementos e causas de exclusão).....	515
Teorias Principais sobre a Culpabilidade .....	515

Teoria Limitada da Culpabilidade.....	515
Causas de Inimputabilidade.....	515
A Emoção e Paixão.....	517
Potencial Consciência da Ilcitude.....	517
Exigibilidade de Conduta Diversa.....	517
Excludentes supralegais da culpabilidade.....	518
<b>Capítulo 4 - Concurso de Pessoas.....</b>	<b>519</b>
Espécies.....	519
Requisitos.....	519
Autoria.....	520
Espécies de Autoria.....	520
Coautoria.....	521
Participação.....	521
Participação de Menor Importância.....	521
Participação em Crime Menos Grave.....	522
Comunicabilidade e Incomunicabilidade de Elementares e Circunstâncias.....	522
<b>Capítulo 5 - Dos Crimes Contra a Pessoa.....</b>	<b>523</b>
Capítulo I - Dos Crimes Contra a Vida.....	523
Homicídio Simples (Art.121 Caput).....	523
Homicídio Privilegiado (ART.121, §1º, DO C.P).....	523
Homicídio Qualificado (ART.121,§2º, C.P).....	524
Homicídio Culposo (Art.121, §3º, C.P).....	525
Homicídio com Aumento de Pena (ART.121, §4º, C.P).....	525
Homicídio – Perdão Judicial – (ART.121, §5º, C.P).....	525
Homicídio com Aumento de Pena (ART.121, §6º, C.P).....	526
Homicídio com Aumento de Pena (ART.121, §7º, C.P).....	526
Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio.....	526
Infanticídio.....	529
Aborto.....	529
Capítulo II - Das Lesões Corporais.....	531
Lesão Corporal.....	531
Lesão Corporal de Natureza Grave.....	531
Lesão Corporal Gravíssima.....	532
Lesão Corporal Seguida de Morte.....	533
Lesão Corporal Culposa.....	533
Lesão Corporal Doméstica.....	533
Capítulo III - Da Periclitación da Vida e da Saúde.....	534
Perigo de Contágio Venéreo.....	534
Perigo de Contágio de Moléstia Grave.....	535
Perigo para a Vida ou Saúde de Outrem.....	535
Abandono de Incapaz.....	536
Distinção.....	537
Dos Crimes Contra a Pessoa.....	537
Causas de Aumento de Pena.....	537
Exposição ou Abandono de Recém-Nascido.....	537
Omissão de Socorro.....	538
Maus-Tratos.....	539
Capítulo IV - Da Rixa.....	541



Rixa Qualificada.....	541
<b>Capítulo 6 - Dos Crimes Contra o Patrimônio.....</b>	<b>543</b>
Do Furto.....	543
Elementos.....	543
Sujeito Ativo.....	544
Sujeito Passivo.....	544
Consumação.....	544
Tentativa.....	544
Concurso de Delitos.....	545
<b>Capítulo 7 - Dos Crimes contra a Administração Pública.....</b>	<b>563</b>
Dos Crimes Praticados por Funcionário Público contra a Administração em Geral.....	563
Peculato.....	563
Extravio, Sonegação ou Inutilização de Livro ou Documento.....	564
Prevaricação.....	566
Condescendência Criminosa.....	566
Advocacia Administrativa.....	566
Violência Arbitrária.....	567
Abandono de Função.....	567
Dos Crimes Praticados por Particular contra a Administração Pública Estrangeira.....	567
Corrupção Ativa em Transação Comercial Internacional.....	567
Dos Crimes Contra a Administração da Justiça.....	568
Denúncia Caluniosa.....	568
Dos Crimes contra as Finanças Públicas.....	571
Contratação de Operação de Crédito.....	571
<b>Capítulo 8 - Lei n.º 4.898 / 1965 – Abuso de Autoridade.....</b>	<b>573</b>
Abuso de Autoridade.....	573
Direito de Representação.....	573
Competência.....	574
Crimes em Espécie.....	574
Crimes de Atentado.....	574
Crimes que Admitem Tentativa.....	576
Sanções.....	578
Sanções administrativas.....	578
Sanções civis.....	579
Sanções penais.....	579
Prescrição.....	580
Processo.....	580
<b>Capítulo 9 - Lei n.º 11.343, de 23 de agosto de 2006.....</b>	<b>583</b>
Lei de Drogas.....	583
Conceito de Drogas.....	583
Norma Penal em Branco.....	583
Ressalvas à proibição das drogas.....	583
Artigos 3.º a 26 da Lei n. 11.343/2006.....	584
Dos crimes e das penas.....	584
Porte e cultivo para consumo próprio.....	584

Natureza jurídica .....	584
Condutas típicas .....	585
Sujeitos do crime .....	585
Elemento subjetivo .....	585
Bem jurídico tutelado .....	585
Princípio da insignificância .....	585
Constitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas .....	585
Figura equiparada .....	586
Critérios de distinção entre o porte de drogas para consumo e o tráfico de drogas .....	586
Penas .....	586
Prescrição .....	587
Rito processual .....	587
Tráfico de drogas .....	587
Sujeitos do crime .....	587
Crime de ação múltipla .....	587
Elemento subjetivo .....	588
Consumação .....	588
Crimes permanentes de tráfico de drogas .....	588
Pena .....	589
Regime inicial de cumprimento de pena .....	589
Progressão de regime .....	589
Livramento condicional .....	589
Crimes equiparados ao tráfico de drogas .....	589
Induzimento, instigação ou auxílio ao uso de drogas .....	590
Oferta eventual e gratuita para consumo conjunto .....	590
Tráfico privilegiado .....	591
Maquinismos e objetos destinados ao tráfico de drogas .....	592
Associação para fins de tráfico .....	593
Associação para fins de financiamento do tráfico .....	593
Financiamento ao tráfico .....	593
Prescrição ou ministração culposa de drogas .....	594
Condução de embarcação ou aeronave após consumo da droga .....	595
Causas de aumento de pena .....	595
Colaboração Premiada .....	596
Circunstâncias Judiciais Preponderantes .....	596
Fixação da Pena de Multa .....	596
Proibição de Benefícios .....	596
Inimputabilidade .....	597
Semi-Imputabilidade .....	598
Procedimento Penal .....	598
Fase policial .....	598
Instrução criminal .....	599
Destruição da Droga .....	600
Da Apreensão, Arrecadação e Destinação dos Bens do Acusado .....	601
<b>Capítulo 10 - Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 .....</b>	<b>603</b>
Estatuto da Criança e do Adolescente .....	603
Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente .....	603
Direito à Vida e à Saúde (art. 7.º a 14 do ECA) .....	603
Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade .....	606

Da Autorização para Viajar .....	607
Viagem da Criança .....	608
Viagem do Adolescente .....	608
Viagem ao Exterior .....	608
Conselho Tutelar.....	608
Número mínimo de Conselhos Tutelares .....	608
Composição .....	608
Direitos mínimos dos membros do Conselho Tutelar.....	609
Atribuições do Conselho Tutelar .....	609
Crimes e Infrações Administrativas .....	610
Crimes em espécie .....	610
Infrações administrativas .....	617
Características gerais .....	617
Prescrição .....	617
<b>Capítulo 11 - Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003.....</b>	<b>619</b>
Estatuto do Desarmamento .....	619
Sistema Nacional de Armas.....	619
Aquisição, Registro e Porte de Arma de Fogo.....	620
Aquisição da arma de fogo.....	620
Registro.....	620
Autorização para o porte.....	621
Dos Crimes e das Penas .....	623
Posse Irregular de Arma de Fogo de uso Permitido .....	623
Abolito criminis temporária.....	624
Questões relacionadas à pena.....	625
Omissão de Cautela.....	625
Porte Ilegal de Arma de Fogo de Uso Permitido.....	626
Arma desmuniada .....	626
Armas de brinquedo.....	627
O porte ilegal de arma de fogo deve ser absorvido pelo crime de homicídio? .....	627
Crime inafiançável.....	628
Disparo de Arma de Fogo.....	628
Figuras equiparas.....	630
Rol dos crimes hediondos .....	631
Quadros Sinóticos.....	631
Posse não registrada de arma de fogo .....	631
Porte ilegal de arma de fogo .....	631
Comércio Ilegal de Arma de Fogo.....	631
Competência para Processar e Julgar os Crimes Previstos no Estatuto do Desarmamento.....	633
<b>Capítulo 12 - Inquérito Policial.....</b>	<b>635</b>
Conceito .....	635
Natureza Jurídica.....	635
Finalidade e Fundamento.....	636
Características .....	636
Titularidade.....	638

Grau de Cognição .....	639
Valor Probatório.....	639
Formas de Instauração .....	640
Notitia Criminis e Delatio Criminis.....	641
Procedimentos investigativos.....	642
Garantias do investigado .....	643
Conclusão.....	643
Prazos .....	644
<b>Capítulo 13 - Jurisdição e Competência .....</b>	<b>647</b>
Jurisdição .....	647
Competência.....	647
Competência Funcional.....	647
Competência Material .....	648
Competência relativa e absoluta .....	649
Competência originária e derivada.....	649
Prorrogação de Competência .....	649
Delegação de Competência.....	649
Critérios para Definição da Competência .....	650
Competência em razão do lugar (juiz territorialmente competente).....	650
Conceito de território brasileiro .....	650
Regra: teorias territoriais com foco na infração penal .....	650
2ª Regra: domicílio ou residência do réu .....	651
3ª Regra: prevenção .....	651
Aplicação das regras territoriais em casos específicos .....	652
Crimes ocorridos a bordo de navios ou aeronaves.....	652
Competência territorial brasileira para os crimes consumados no estrangeiro .....	653
Competência em razão da matéria (justiça comum e especial) .....	653
Justiça Comum (Justiça Estadual).....	653
Justiça Federal .....	653
Competência da Justiça Especial.....	655
Competência pela natureza da infração .....	656
Júri (art. 5º inc. XXXVIII da CF).....	656
Juizados Especiais Criminais (art. 98 da CF) .....	656
Competência em Razão da Pessoa (foro por prerrogativa de função).....	656
Tribunais.....	656
Súmulas do STJ.....	657
Foro privilegiado X JURI.....	657
Foro privilegiado x Deslocamento .....	657
Foro privilegiado x Término do mandato .....	658
Da Competência por Distribuição.....	658
Conexão e Continência .....	658
Conexão.....	658
Continência .....	658
Foro Prevalente.....	659
Separação de Processos .....	659
Perpetuação da Jurisdição.....	660
Casos “pacificados” pela Jurisprudência .....	660

<b>Capítulo 14 - Prisão e Liberdade Provisória</b> .....	<b>663</b>
Prisão em Flagrante.....	664
Hipóteses de Flagrante.....	664
Espécies de Flagrante.....	665
Flagrante em Crime Permanente.....	667
Flagrante em Crime Habitual.....	667
Flagrante em Crimes de Ação Penal Privada.....	667
Flagrante em Crime Continuado.....	667
Apresentação Espontânea do Agente.....	667
Sujeitos do flagrante.....	668
Pessoas Imunes à Prisão em Flagrante.....	668
Auto de Prisão em Flagrante.....	668
Audiência de Custódia.....	670
Prisão Preventiva.....	671
Prisão preventiva decretada em razão do descumprimento de obrigações decorrentes de medida cautelar.....	672
Espécies de Prisão Preventiva.....	672
Decretação da Prisão Preventiva.....	673
Prisão Provisória Domiciliar.....	673
Distinção entre Prisão Preventiva e Prisão Temporária.....	674
Liberdade Provisória.....	674
Prisão especial.....	677
Definição.....	677
Autoridade Recolhidas em Prisão Especial.....	677
<b>Capítulo 15 - Prova</b> .....	<b>679</b>
Interrogatório do indiciado.....	679
Procedimento.....	679
Direito ao Silêncio.....	679
Confissão.....	680
Características da Confissão.....	680
Confissão Ficta.....	680
Valor probatório da confissão.....	681
Confissão Delatária.....	681
Qualificação e oitiva do ofendido.....	681
Testemunhas.....	682
Deveres da Testemunha.....	682
Testemunhas vulneráveis e depoimento sem dano.....	682
Reconhecimento de pessoas e coisas.....	683
Procedimento do reconhecimento de pessoas.....	683
Procedimento do reconhecimento de coisas.....	684
Valor probatório do reconhecimento de pessoas e coisas.....	684
Acreação.....	684
Procedimento.....	684
Documentos de prova.....	685
Espécies de documentos.....	685
Requisitos da prova documental.....	685

Produção da prova documental.....	685
Tradução .....	686
Exame de Corpo de Delito e Perícias.....	686
<b>Capítulo 16 - Das citações e intimações.....</b>	<b>687</b>
Das Citações.....	687
Das Intimações .....	688
<b>Questões Gabaritadas .....</b>	<b>691</b>
1. FGV - AJ   TJ AL   Oficial de Justiça Avaliador   2018.....	691
2. FGV - TJ   TJ AL   Judiciária   2018.....	691
3. FGV - AJ   TJ AL   Oficial de Justiça Avaliador   2018.....	691
4. FGV - OAB   OAB/XXVI Exame   2018.....	692
5. FGV - Est For   MPE RJ   2018.....	692
6. FGV - Of   TJ SC   Justiça e Avaliador   2018 .....	692
7. FGV - OAB   OAB/XXIII Exame   2017.....	693
8. FGV - AJ   TJ AL   Oficial de Justiça Avaliador   2018.....	693
9. FGV - Est For   MPE RJ   2018.....	693
10. FGV - EspLM   CM Salvador   Advogado Legislativo   2018.....	694
11. FGV - AJ   TJ AL   Judiciária   2018.....	694
12. FGV - TJ   TJ AL   Judiciária   2018 .....	694
13. FGV - Ana   TJ SC   Jurídico   2018.....	694
14. FGV - TJ Aux   TJ SC   2018.....	695
15. FGV - Proc   ALERJ   2017.....	695
16. FGV - OAB   OAB/XXIV Exame   2017 .....	695
17. FGV - AJ   TJ AL   Oficial de Justiça Avaliador   2018.....	696
18. FGV - AJ   TJ AL   Oficial de Justiça Avaliador   2018.....	696
19. FGV - AJ   TJ AL   Judiciária   2018.....	696
20. FGV - AJ   TJ AL   Oficial de Justiça Avaliador   2018.....	697
21. FGV - AJ   TJ AL   Judiciária   2018.....	697
22. FGV - AJ   TJ AL   Oficial de Justiça Avaliador   2018.....	697
23. FGV - Of   TJ SC   Infância e Juventude   2018 .....	698
24. FGV - Of   TJ SC   Infância e Juventude   2018.....	698
25. FGV - Proc   ALERJ   2017.....	698
26. FGV - AJ   TJ AL   Oficial de Justiça Avaliador   2018.....	699
27. FGV - TJ   TJ AL   Judiciária   2018 .....	699
28. FGV - Of   TJ SC   Justiça e Avaliador   2018 .....	699
29. FGV - Ana   TJ SC   Jurídico   2018 .....	700
30. FGV - Of   TJ SC   Justiça e Avaliador   2018 .....	700
31. FGV - TJ Aux   TJ SC   2018.....	700
32. FGV - AJ   TJ AL   Oficial de Justiça Avaliador   2018.....	701
33. FGV - AJ   TJ AL   Oficial de Justiça Avaliador   2018.....	701
34. FGV - Est For   MPE RJ   2018.....	701
35. FGV - Proc   ALERJ   2017.....	701
36. FGV - AJ   TJ AL   Judiciária   2018.....	702
37. FGV - Of   TJ SC   Infância e Juventude   2018 .....	702
38. FGV - TJ   TJ AL   Judiciária   2018 .....	702
39. FGV - Ana   MPE AL   Jurídica   2018.....	703
40. FGV - OAB UNINAC   OAB/XXIII Exame   2017.....	703
41. FGV - Ana   TJ SC   Administrativo   2018 .....	703
42. FGV - TJ Aux   TJ SC   2018.....	703
43. FGV - OAB   OAB/XXII Exame   2017.....	704
44. FGV - TJ Aux   TJ SC   2018.....	704
45. FGV - Est For   MPE RJ   2018.....	704
46. FGV - AJ TRT12   Judiciária   Oficial de Justiça Avaliador Federal   2017.....	705
47. FGV - TJ   TJ AL   Judiciária   2018.....	705

---

48.	FGV - Ana   MPE AL   Jurídica   2018.....	705
49.	FGV - AJ   TJ AL   Oficial de Justiça Avaliador   2018 .....	705
50.	FGV - AJ   TJ AL   Oficial de Justiça Avaliador   2018 .....	706
51.	FGV - TJ   TJ AL   Judiciária   2018.....	706
52.	FGV - Est For   MPE RJ   2018.....	706
53.	FGV - AJ   TJ AL   Judiciária   2018 .....	706
54.	FGV - TJ   TJ AL   Judiciária   2018.....	707
55.	FGV - Est For   MPE RJ   2018.....	707
56.	FGV - AJ   TJ AL   Oficial de Justiça Avaliador   2018 .....	707
57.	FGV - TJ Aux   TJ SC   2018.....	708
58.	FGV - AJ   TJ AL   Judiciária   2018 .....	708
59.	FGV - Ana   TJ SC   Jurídico   2018.....	708
60.	FGV - Ana   TJ SC   Jurídico   2018.....	708
61.	FGV - AJ   TRT12   Judiciária   2017 .....	709
62.	FGV - AJ   TJ AL   Oficial de Justiça Avaliador   2018 .....	709
63.	FGV - TJ   TJ AL   Judiciária   2018.....	709
64.	FGV - TJ Aux   TJ SC   2018.....	710
65.	FGV - AnaLM   CM Salvador   Mesa Diretora   Ouvidoria   2018.....	710

# CAPÍTULO I

## Capítulo 1 - Infração penal

Inaugurando o estudo analítico das infrações penais, convém questionar o seguinte: afinal, as expressões infração penal, crime, delito e contravenção possuem exatamente o mesmo significado?

Para responder a esta indagação, é preciso ter em mente que a expressão “infração penal” é utilizada para designar um gênero de ataques à ordem jurídica, dentro do qual se situam os crimes, os delitos e as contravenções penais.

Dito isto, para que se possa identificar se as expressões em questão possuem ou não significações distintas, é preciso delimitar se no bojo do ordenamento jurídico brasileiro o legislador ordinário se enveredou pela adoção de um critério de classificação tripartido (tricotômico) ou bipartido (dicotômico).

Isto porque, se de acordo aquele primeiro critério, somente devem ser designadas como “crimes” as infrações penais de natureza mais grave, de modo a reservar-se a expressão “delito” para a identificação de condutas antijurídica que possuem uma gravidade moderada e a locução “contravenções” para a identificação dos ilícitos de diminuta gravidade; de acordo com o critério dicotômico, as expressões “crime” e “delito” devem ser tratadas como sinônimas e utilizadas para a identificação de ilícitos penais de gravidade acentuada, reservando-se, assim, a expressão “contravenção” para a designação das infrações penais de menor gravidade.

Tento sido expostas estas considerações, o que se pode extrair a partir da interpretação das regras que se encontram previstas no art. 1º do Decreto-Lei 3.914/41 (Lei de Introdução ao Código Penal), é que o legislador brasileiro acabou optando pela utilização do critério dicotômico, afinal, no corpo do aludido dispositivo, equiparou crime à delito, esclarecendo que “considera-se crime a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas. Alternativa ou cumulativamente”.

Mas afinal, em que reside a pertinência da aludida classificação? Bom, em nosso sistema normativo, é importante estabelecer a distinção existente entre crimes (ou delitos) e contravenções porque: (1) enquanto não se pune a tentativa da contravenção penal (art. 4º do Decreto-Lei 3.688/41), nos crimes a tentativa pode ser admitida a depender, tão somente, do próprio tipo penal; (2) enquanto na contravenção penal a ação penal utilizada para o processamento do ilícito é sempre pública e incondicionada (art. 17 do Decreto-Lei 3.688/41), o processamento de crimes pode se dar através de ação penal privada, pública ou pública incondicionada (variando de acordo com cada crime); (3) enquanto para as contravenções penais a alegação de desconhecimento da lei pode desencadear a absolvição do contraventor (art. 8º do Decreto-Lei 3.688/41), em relação aos crimes, similar alegação não eximirá o criminoso de sua responsabilidade (art. 21 do Código Penal); (4) enquanto para as contravenções não é admitida a extraterritorialidade da lei penal (art. 2º do Decreto-Lei 3.688/41), similar limitação não existe para os crimes; (5) enquanto as sanções decorrentes da prática de contravenções penais somente podem ser cumpridas em regime prisional aberto ou semiaberto (art. 6º do Decreto-Lei 3.688/41), as sanções impostas em razão da prática de crimes podem ser cumpridas em regime aberto, semiaberto ou mesmo fechado; (6) enquanto o cumprimento da pena imposta em razão do cometimento de crime não pode exceder o limite de 30 (trinta) anos (art. 75 do Código Penal), a duração da prisão simples imposta em decorrência de contravenções não pode ultrapassar o limite de 05 (cinco) anos (art. 10 do Decreto-Lei 3.688/41); e (7) muito embora se admita que seja decretada a prisão preventiva daquele que praticou um crime, similar constrição não pode ser impingida sobre aquele que perpetrar uma contravenção (art. 313 do CP).

### Sujeitos do Crime

São designadas como sujeitos do crime as pessoas ou entes que, de alguma, se relacionam com a prática e os efeitos do ilícito penal.

Neste contexto, pode-se dizer que enquanto a pessoa ou ente que pratica a conduta que se encontra definida como crime é considerada o sujeito ativo do ilícito penal; denomina-se de sujeito passivo a pessoa ou ente cujo patrimônio jurídico foi vulnerado pela perpetração do ilícito penal.

### Sujeito Ativo

Expostas estas considerações inaugurais, é preciso esclarecer que, a princípio, somente o ser humano pode



# **DIREITO ADMINISTRATIVO**

## Sumário

<b>Sumário</b> .....	<b>713</b>
<b>Capítulo 1 - Noções de Direito Administrativo, Estado e Governo</b> .....	<b>719</b>
Conceito de Direito .....	719
Ramos do Direito.....	719
Direito Privado .....	719
Direito Público .....	719
Conceito de Direito Administrativo.....	720
Objeto do Direito Administrativo.....	720
Fontes do Direito Administrativo.....	720
Lei.....	720
Jurisprudência.....	721
Doutrina.....	721
Costumes Administrativos (Praxe Administrativa) .....	721
Sistemas Administrativos .....	721
Sistema Francês / Dualidade Da Jurisdição / Contencioso Administrativo .....	721
Sistema Inglês / Jurisdição Única / Sistema Não Contencioso.....	721
Noções de Estado .....	722
Conceito de Estado.....	722
Elementos do Estado.....	722
Formas de Estado .....	722
Estado Unitário .....	722
Estado Federado .....	722
Poderes do Estado.....	723
Funções dos Poderes .....	723
Noções de Governo.....	723
Conceito de Governo .....	723
Classificação de Governo.....	723
Governo em Sentido Formal ou Subjetivo.....	724
Governo em Sentido Material ou Objetivo.....	724
Sistemas de Governo .....	724
Parlamentarismo .....	724
Presidencialismo .....	724
Formas de Governo.....	724
Monarquia.....	724
República.....	725
<b>Capítulo 2 - Noções de Organização Administrativa</b> .....	<b>727</b>
Concentração e Desconcentração.....	727
Administração Pública .....	727
Conceito de Administração Pública.....	727
Classificação da Administração Pública.....	728
Administração Pública em Sentido Material ou Objetivo.....	728
Administração Pública em Sentido Formal ou Subjetivo.....	728
Comparando o Critério Material Objetivo com o Critério Formal Subjetivo .....	729

Comparação entre Governo e Administração Pública .....	729
Administração Pública Direta.....	730
Características das Entidades da Administração Pública Direta .....	730
Administração Pública Indireta.....	731
Características comuns das Entidades da Administração Pública Indireta .....	731
Controle do Estado: Administração Pública Direta controlando a Entidade da Administração Pública Indireta Instituída.....	732
Criação dos Entes da Administração Indireta .....	732
Extinção dos Entes da Administração Indireta .....	733
Autarquia.....	733
Conceito de Autarquia.....	733
Principais Características das Autarquias .....	733
Classificação das Autarquias .....	733
Fundação Pública .....	734
Conceito de Fundação Pública.....	734
Principais Características das Fundações Públicas .....	735
Classificação das Fundações Públicas .....	735
Noções de Administração Pública: Técnicas Administrativas.....	737
Centralização.....	737
Descentralização .....	738
Descentralização por Outorga Legal / Técnica / Serviços / Funcional .....	738
Descentralização por Delegação / Colaboração .....	738
Principais Características da Descentralização por Delegação .....	738
Desconcentração .....	739
Desconcentração Centralizada.....	739
Descentralização Descentralizada.....	739
Concentração.....	739
Comparação entre Descentralização e Desconcentração .....	739
Conclusão sobre as Técnicas Administrativas .....	740
<b>Capítulo 3 - Agentes Públicos .....</b>	<b>743</b>
Classificação dos Agentes Públicos.....	743
Agentes Políticos.....	743
Agentes Administrativo.....	744
Servidores Públicos .....	744
Empregados Públicos.....	744
Temporários .....	744
Particulares em Colaboração com o Estado ou com o Poder Público .....	744
Agentes Honoríficos .....	744
Agentes Delegados.....	745
Agentes Credenciados.....	745
<b>Capítulo 4 - Poderes Administrativos.....</b>	<b>747</b>
Poder Hierárquico.....	747
Poder Disciplinar .....	748

Poder de Polícia .....	749
Conceito de Poder de Polícia.....	749
Fundamento do Poder de Polícia.....	750
Custo do Poder de Polícia para o Cidadão.....	750
Atributos do Poder de Polícia.....	750
Discricionariedade .....	750
Imperatividade .....	750
Autoexecutoriedade.....	750
Coercibilidade.....	750
Comparação entre Imperatividade e Autoexecutoriedade .....	751
Classificação do Poder de Polícia.....	751
Poder de Polícia Originário .....	751
Poder de Polícia Delegado.....	751
Ciclo de Polícia .....	751
Ordem de Polícia.....	751
Consentimento de Polícia .....	752
Fiscalização de Polícia .....	752
Sanção de Polícia .....	752
Meios de Atuação do Poder de Polícia.....	752
Prescrição da Sanção de Polícia .....	752
Poder Regulamentar .....	752
Decreto Regulamentar.....	753
Decreto Autônomo.....	753
Abuso de Poder .....	754
Excesso de Poder .....	754
Desvio de Poder.....	754
Omissão de Poder .....	754
<b>Capítulo 5 - Lei 8.112/90 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União .....</b>	<b>757</b>
Título I – Das Disposições Preliminares .....	757
Abrangência .....	757
Servidores Públicos.....	757
Cargos Públicos.....	757
Criação dos Cargos Públicos .....	758
Extinção dos Cargos Públicos .....	758
Espécies de Cargos Públicos.....	758
Título II - Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição .....	759
Requisitos Básicos para Acesso aos Cargos Públicos Federais.....	759
Vagas para Pessoas Portadores de Deficiência.....	759
Vagas para Estrangeiros.....	760
Provimento dos Cargos Públicos Federais.....	760
Formas de Provimento.....	760
Formas de Vacância.....	766
Formas de Deslocamento .....	767
Título III – Dos Direitos e Vantagens .....	768
Do Vencimento e da Remuneração .....	768

Teto Remuneratório do Serviço Público Federal.....	768
Perda da Remuneração.....	769
Descontos da Remuneração.....	769
Das Vantagens.....	769
Indenizações.....	770
Ajuda de Custo.....	770
Diárias.....	771
Transporte.....	771
Auxílio-Moradia.....	771
Gratificações.....	772
Retribuição pelo Exercício de Função de Direção, Chefia e Assessoramento.....	772
Gratificação Natalina.....	772
Gratificação por Encargo em Curso ou Concurso.....	772
Adicionais de Insalubridade, Periculosidade ou Atividades Penosas.....	773
Adicional Noturno.....	774
Das Férias.....	774
Das Licenças.....	774
Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família.....	775
Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge.....	775
Licença para o Serviço Militar.....	775
Licença para a Atividade Política.....	775
Licença para Capacitação.....	776
Licença para tratar de Interesses Particulares.....	776
Licença para desempenho de Mandato Classista.....	776
Dos Afastamentos.....	777
Das Concessões.....	778
Do Tempo de Serviço.....	779
Direito de Petição.....	780
Requerimento.....	780
Pedido de Reconsideração.....	781
Título IV – Do Regime Disciplinar.....	782
Dos Deveres.....	782
Das Proibições.....	782
Da Acumulação.....	783
1ª Situação: Acumulação de Cargos Efetivos.....	783
2ª Situação: Acumulação de Cargos em Comissão.....	784
3ª Situação: Acumulação de Cargo Efetivo com outro cargo em Comissão.....	784
Das Responsabilidades.....	784
Das Penalidades.....	784
Casos Especiais: Demissão + Indisponibilidade dos Bens + Ressarcimento ao Erário.....	786
Casos Especiais: Demissão com Incompatibilidade de Voltar Para o Serviço Público Federal por 5 Anos.....	786
Prescrição da Ação Disciplinar.....	787
Processo Administrativo Disciplinar.....	788
Finalidade.....	788
Princípios Constitucionais Orientadores do Processo.....	788

Disposições Gerais .....	788
Denúncias .....	788
Denúncia Anônima .....	788
Espécies de Processo Administrativo Disciplinar .....	789
Sindicância Investigativa e Acusatória.....	789
Do Afastamento Preventivo .....	789
Do Processo Disciplinar – Rito Ordinário.....	789
Fases do Processo Administrativo Disciplinar .....	790
Prazo de Conclusão .....	790
1ª Etapa: Instauração.....	790
2ª Etapa: Do Inquérito .....	791
3ª Etapa: Do Julgamento .....	793
Processo Administrativo Disciplinar – Rito Súmário.....	793
Da Seguridade Social do Servidor.....	796
Das Disposições Gerais.....	802
<b>Questões Gabaritadas.....</b>	<b>805</b>
1. FGV - Of   TJ SC   Justiça e Avaliador   2018 .....	805
2. FGV - AJ   TRT12   Judiciária   2017 .....	805
3. FGV - ATA   MPE BA   2017 .....	805
4. FGV - TJ   TJ AL   Judiciária   2018.....	805
5. FGV - AJ   TJ AL   Oficial de Justiça Avaliador   2018 .....	806
6. FGV - Est For   MPE RJ   2018.....	806
7. FGV - Ana   TJ SC   Jurídico   2018.....	806
8. FGV - Proc   ALERJ   2017 .....	807
9. FGV - ATA   MPE BA   2017 .....	807
10. FGV - TJ Aux   TJ SC   2018.....	807
11. FGV - TJ Aux   TJ SC   2018.....	807
12. FGV - TT   SEFIN RO   2018 .....	808
13. FGV - Cont   SEFIN RO   2018.....	808
14. FGV - Cont   SEFIN RO   2018.....	808
15. FGV - Est For   MPE RJ   2018.....	808
16. FGV - Ana   TJ SC   Jurídico   2018 .....	809
17. FGV - AC   IBGE   Gestão e Infraestrutura   2017 .....	809
18. FGV - APF   SEPOG RO   2017.....	809
19. FGV - APF   SEPOG RO   2017.....	810
20. FGV - EPPGG   SEPOG RO   2017 .....	810
21. FGV - Cont   SEFIN RO   2018.....	810
22. FGV - APPGG   CGM Niterói   Pref Niterói   Gestão Governamental   2018.....	810
23. FGV - Of   TJ SC   Infância e Juventude   2018.....	811
24. FGV - EPPGG   SEPOG RO   2017 .....	811
25. FGV - EPPGG   SEPOG RO   2017 .....	811
26. FGV - Tec NS   Pref. Salvador   Suporte Administrativo   Direito   2017.....	811
27. FGV - OAB   XXVI Exame   2018 .....	811
28. FGV - AC   IBGE   Gestão e Infraestrutura   2017 .....	812
29. FGV - AC   IBGE   Gestão e Infraestrutura   2017 .....	812
30. FGV - AC   IBGE   Recursos Humanos   2017.....	812
31. FGV - AJ   TRT 12   Judiciária   Oficial de Justiça Avaliador Federal   2017.....	813
32. FGV - OAB   XXV Exame   2018.....	813
33. FGV - AMCI   CGM Niterói   Pref Niterói   Controladoria   2018.....	813
34. FGV - AC   IBGE   Gestão e Infraestrutura   2017 .....	813
35. FGV - AC   IBGE   Gestão e Infraestrutura   2017 .....	814

36.	FGV - AC   IBGE   Recursos Humanos   2017 .....	814
37.	FGV - AC   IBGE   Recursos Humanos   2017 .....	814
38.	FGV - AC   IBGE   Recursos Humanos   2017 .....	815
39.	FGV - TJ   TRT12   Administrativa   2017.....	815
40.	FGV - TJ   TRT12   Administrativa   2017.....	815
41.	FGV - AC   IBGE   Gestão e Infraestrutura   2017.....	816
42.	FGV - AC   IBGE   Gestão e Infraestrutura   2017.....	816
43.	FGV - AC   IBGE   Recursos Humanos   2017 .....	816
44.	FGV - AC   IBGE   Recursos Humanos   2017 .....	817
45.	FGV - AC   IBGE   Recursos Humanos   2017 .....	817
46.	FGV - AC   IBGE   Recursos Humanos   2017 .....	817
47.	FGV - AC   IBGE   Recursos Humanos   2017 .....	817
48.	FGV - AC   IBGE   Gestão e Infraestrutura   2017.....	818
49.	FGV - AJ   TRT12   Administrativa   2017.....	818
50.	FGV - AC   IBGE   Gestão e Infraestrutura   2017.....	818

# CAPÍTULO I

## Capítulo 1 - Noções de Direito Administrativo, Estado e Governo

O direito administrativo é o conjunto de regras que orientam a atuação da administração pública e o exercício das atividades administrativas do Estado.

Sendo assim, o direito administrativo é a espécie de direito que tem por objetivo definir as regras que orientam a atuação do Estado como administrador da coisa pública.

Sendo o direito administrativo uma espécie de direito, para o bom entendimento da matéria, neste bloco iremos conhecer o conceito de direito, os ramos do direito, o conceito e objetos do direito administrativo, as fontes do direito administrativo e os sistemas administrativos.

### Conceito de Direito

Para uma boa compreensão do conceito de direito administrativo, ou seja, o que é o direito administrativo, e também qual a finalidade do direito administrativo, é importante, em primeiro, plano compreender de forma objetiva o que é o direito.

Direito é um conjunto de normas impostas coativamente pelo Estado, que vão regular a vida em sociedade, possibilitando a coexistência pacífica das pessoas.

### Ramos do Direito

O direito é dividido em dois ramos distintos, são eles: o direito privado e o direito público.

#### Direito Privado

O direito privado é caracterizado pela regulamentação de interesses **PRIVADOS**. Neste ramo do direito, existe um conflito entre particulares, ou seja, em um dos lados da disputa tem um particular, seja este uma pessoa física, ou uma pessoa jurídica, e do outro lado tem-se outro particular, tanto faz se ele é pessoa física ou pessoa jurídica. Em regra, o direito privado não regula relações entre particulares e o Estado. Eventualmente o Estado pode integrar um dos polos regulados pelo direito privado, conforme veremos logo adiante. Característica marcante do **DIREITO PRIVADO** é a **RELAÇÃO JURÍDICA DE IGUALDADE** estabelecida entre as partes. Essa relação jurídica de igualdade também é chamada de **RELAÇÃO JURÍDICA HORIZONTAL**. O direito administrativo não faz parte do ramo do direito privado, e como exemplos desse ramo do direito tem-se o direito civil o direito empresarial, dentre outros.

#### Direito Público

O direito público é caracterizado pela regulamentação dos interesses públicos e o seu objetivo é a resolução de conflitos que envolvam tais interesses contra os interesses dos particulares. Nestes casos, em um dos lados do conflito está o Estado, representante dos interesses da coletividade, e do outro lado da disputa tem-se o particular (tanto faz esse particular ser pessoa física ou pessoa jurídica), representando os seus próprios interesses.

No direito público, o Estado tem um tratamento privilegiado diante do particular, ou seja, as normas que regulam o direito público conferem prerrogativas especiais ao Estado diante do particular, o que impede um tratamento igualitário entre as partes.

A característica marcante do **DIREITO PÚBLICO** é a **RELAÇÃO JURÍDICA DE DESIGUALDADE** estabelecida entre os polos. Assim sendo, no direito público as partes são tratadas com distinção de direitos, obrigações e responsabilidades. Essa relação jurídica de desigualdade também é chamada de **RELAÇÃO JURÍDICA VERTICAL**.

O fundamento dessa relação jurídica vertical entre o Estado e o particular, arbitrada pelo direito público é encontrado no princípio da **SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO**, tal princípio preconiza que os interesses públicos (da coletividade) se sobrepoem aos interesses privados, e sendo o Estado o procurador dos interesses da sociedade, a ele são conferidos poderes especiais para conseguir defender o interesse da coletividade.

O direito administrativo faz parte do ramo do direito público, e como outros exemplos do direito público temos o direito constitucional, penal, processual penal, tributário, dentre outras searas do direito.